

# O DESEMPENHO DOS ACADÊMICOS DE UMA IES COMUNITÁRIA EM UMA AVALIAÇÃO QUE CONTEMPLA OS PRINCIPAIS CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA ÁREA CONTÁBIL

## Resumo

As instituições de ensino superior são responsáveis pela formação de profissionais para atuar no mercado de trabalho e cidadãos comprometidos com a sociedade. Diante deste papel social, surge a preocupação constante com a qualidade da educação ofertada. Em relação à avaliação da qualidade do ensino, um dos mecanismos utilizados pelo Ministério da Educação (MEC) é o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar o desempenho dos acadêmicos do curso de ciências contábeis de uma instituição de ensino superior (IES) comunitária em uma avaliação que contempla os principais conteúdos específicos da área contábil similar à prova ENADE. Para atingir tal objetivo, utiliza-se pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa, por meio de um estudo de caso. Os resultados apontam que: (a) o primeiro lugar no desempenho geral foi dos concluintes, seguido pelos intermediários e ingressantes; (b) o melhor desempenho foi no conteúdo de contabilidade geral, seguido por contabilidade de custos e análise das demonstrações contábeis; e (c) constatou-se que as diferenças entre as médias de acertos entre os grupos são estatisticamente significativas. Com esses resultados, conclui-se que o curso possui um baixo nível de acerto em relação ao conjunto dos principais conteúdos específicos da área contábil. Entretanto, o teste estatístico comprovou que a diferença é estatisticamente significativa, portanto, houve agregação de conhecimento contábil ao longo da graduação. Diante disso, sugere-se uma reflexão por parte dos alunos, professores e coordenação do curso, no que tange ao processo de ensino e aprendizagem utilizados.

**Palavras chave:** Educação. Ensino superior. Avaliação do ensino superior. ENADE. Graduação em ciências contábeis.

## 1 INTRODUÇÃO

O ensino é um instrumento para o desenvolvimento político, econômico, social e cultural das nações. Ele tem como principal função a difusão do conhecimento. Sendo assim, surge a preocupação com a qualidade da educação, pois ela é responsável pela formação dos cidadãos.

Em relação à educação superior, tem-se como foco a formação de futuros profissionais, preparando-os para o mercado de trabalho. Nos últimos anos, percebe-se uma crescente oferta de cursos superiores no Brasil. Logo, o processo de ensino e aprendizagem gera uma recorrente preocupação da sociedade com a qualidade da educação superior.

Devido à pulverização dos cursos superiores, surgiu a necessidade de avaliação das IES, com o objetivo de verificar o desempenho institucional e identificar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Neste contexto, o Governo Federal por meio do Ministério da Educação (MEC) criou a Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004, com o intuito de aprimorar, padronizar e avaliar a qualidade do ensino superior no Brasil e fazer com que as IES se comprometam com a construção do conhecimento de modo mais qualificado.

Com referida Lei, foi criado o Sistema de Avaliação de Educação Superior (SINAES) para avaliar os cursos superiores em três modalidades diferentes: a avaliação da instituição; a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação de desempenho dos estudantes.

Dentre essas modalidades, destaca-se o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) que visa medir o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares de cada curso de graduação.

A educação contábil, inserida neste contexto de avaliação, merece atenção visto que a globalização da economia demanda por um número cada vez maior de informações gerenciais e profissionais aptos para a tomada de decisão nas organizações.

Segundo Franco (1999, p. 82),

os contadores precisam, atualmente, ser treinados de forma diferente. Além dos conhecimentos técnicos essenciais, o contador da atualidade precisa também desenvolver habilidades relativas à comunicação, às relações humanas e à administração, criando um balanceamento adequado entre a formação teórica e experiência prática.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo geral analisar o desempenho dos acadêmicos do curso de ciências contábeis de uma IES comunitária em uma avaliação que contempla os principais conteúdos específicos da área contábil similar à prova ENADE. Para atingir o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos: (a) verificar o desempenho geral dos alunos ingressantes, intermediários e concluintes; (b) verificar o desempenho por conteúdo específico dos alunos ingressantes, intermediários e concluintes; e (c) identificar se há diferenças estatisticamente significativas entre o desempenho médio dos alunos ingressantes, intermediários e concluintes.

Este estudo justifica-se devido à atual discussão sobre a responsabilidade do ensino contábil no que tange as instituições de ensino, docentes e discentes na construção do conhecimento e na formação da competência humana. De modo geral, esta pesquisa permite uma reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem, além de uma contribuição para o curso investigado, uma vez que analisa o desempenho dos alunos, identificando pontos fortes e fracos na formação acadêmica.

O artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda seção trata da fundamentação teórica que abrange aspectos gerais sobre educação, instituições de ensino superior e diretrizes educacionais dos cursos de ciências contábeis. Na terceira seção descreve-se a metodologia da pesquisa. Na quarta seção apresentam-se os resultados e a análise dos dados. Por fim, a quinta seção é dedicada às conclusões.

## **2 Fundamentação teórica**

### **2.1 Educação**

As instituições de ensino são conhecidas pela sociedade como encarregadas de formar pessoas, profissionais e cidadãos por meio do processo educacional. Logo, é comum ouvir que as instituições escolares espelham a sociedade em que estão inseridas.

Para corroborar Walzer (1999, p. 195) observa que:

[...] a escola não reproduz, mas produz a sociedade e constitui-se, assim, como o princípio de mudanças sociais. As instituições escolares seriam, nesta perspectiva, entendidas como sendo destinadas a produzir alunos com um determinado tipo de perfil, de modo a suprir as carências sociais do momento, de acordo com uma lógica empresarial e mercantilista.

Todavia, para suprir as carências sociais, é preciso formar cidadãos comprometidos com o bem estar de todos. Sobre esta constatação, Rousseau (2004, p. 300) enfatiza que “formar um cidadão não é tarefa para um dia, para contar com eles quando homens é preciso instruí-los quando criança”.

A educação tem a função de formar cidadãos, que respeitem os interesses coletivos e tenham comprometimento profissional. Este é o papel mais importante da educação, o qual é reconhecido pela Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu art. 205:

a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em sintonia com o dever prescrito na constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96 (LDB), em seu art. 2, destaca que:

a educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

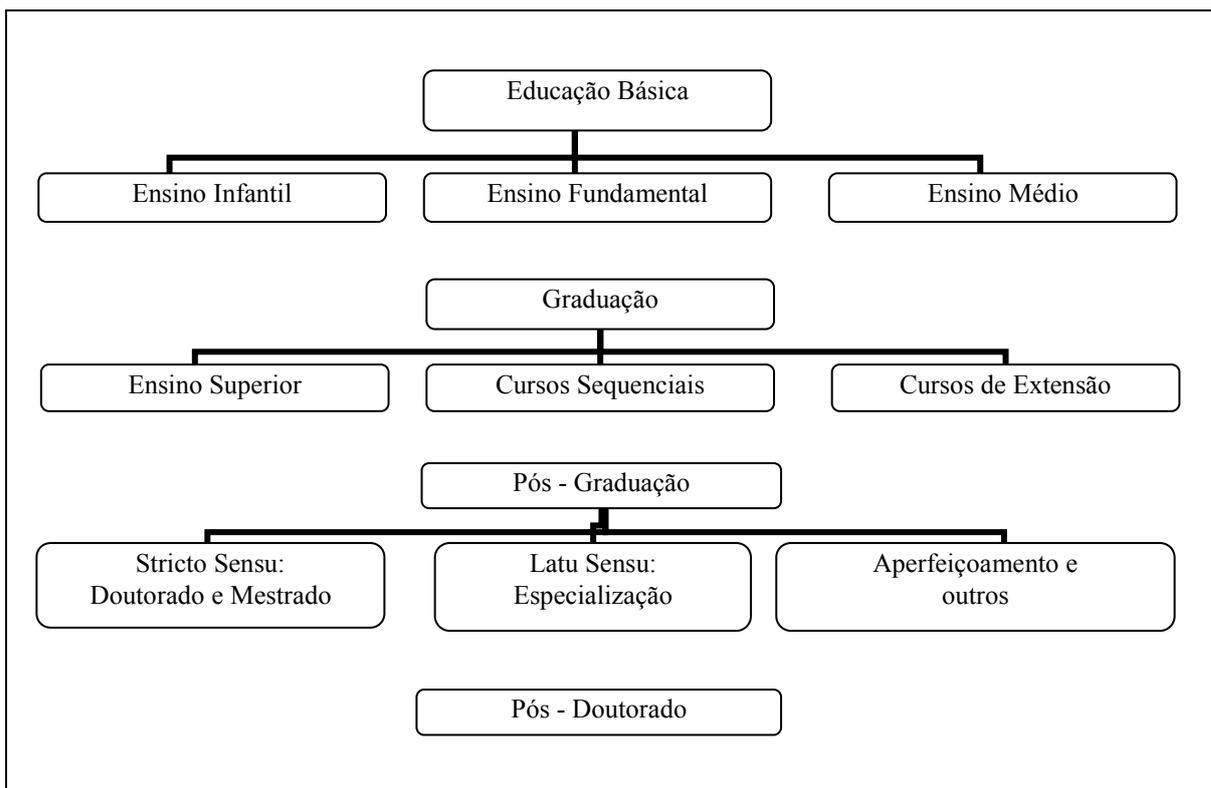
“A educação engloba o ensinar. É a prática educativa que ensina o aluno a pensar, criar, inovar e construir novos conhecimentos. A educação cuida do desenvolvimento integral do homem”. (PELEIAS, 2006, p. 1).

A atual estrutura de funcionamento da educação brasileira é reflexo da aprovação da terceira versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96. Esta Lei define e regulariza o sistema de educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição, bem como nas Emendas Constitucionais em vigor.

A luz da reforma universitária, a Lei n. 9.394/96 foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, com base no princípio do direito universal à educação para todos. A LDB de 1996 trouxe diversas mudanças em relação às Leis anteriores, entre as principais cita-se:

gestão democrática do ensino público e progressiva autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares (art. 3 e 15); ensino fundamental obrigatório e gratuito (art. 4); carga horária mínima de oitocentas horas distribuídas em duzentos dias na educação básica (art. 24); prevê um núcleo comum para o currículo do ensino fundamental e médio e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais (art. 26); formação de docentes para atuar na educação básica em curso de nível superior, sendo aceito para a educação infantil e as quatro primeiras séries do fundamental formação em curso normal do ensino médio (art. 62); formação dos especialistas da educação em curso superior de pedagogia ou pós-graduação (art. 64); a União deve gastar no mínimo 18% e os estados e municípios no mínimo 25% de seus respectivos orçamentos na manutenção e desenvolvimento do ensino público (art. 69); dinheiro público pode financiar escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas (art. 77); prevê a criação do Plano Nacional de Educação (art. 87).

De acordo com os art. 21 e 22 da LDB n. 9.394/96, tem-se a seguinte a estrutura do ensino, conforme ilustra a Figura 1.



**Figura 1: Estrutura educacional brasileira**

Fonte: adaptado da LDB 9.394/96.

O ensino brasileiro pode ser ofertado por instituições públicas e privadas com diferentes tipos de cursos e programas, incluindo vários níveis de ensino, desde a educação básica até a superior.

As instituições de ensino são responsáveis pelo avanço da sociedade. Logo, os meios de avaliação do processo de ensino e aprendizagem proporcionam a verificação da qualidade na educação. Pois o papel do ensino é transmitir os conhecimentos, já a educação aplica os conhecimentos aprendidos para a formação humana.

## 2.2 Instituições de ensino superior

No Brasil existem vários tipos de Instituições de Ensino Superior tais como: universidades, centros universitários, faculdades, institutos, escolas superiores e centros de formação tecnológica.

Estas instituições, no contexto atual, alavancam a oferta de vagas no ensino superior, principalmente, pela expansão das IES privadas, mediante a flexibilização do sistema educacional no que tange a estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, e qualificação do corpo docente.

A respeito dessas flexibilizações, a LDB n. 9.394/96 elucida que a educação superior pode ser ministrada em instituições de ensino superior, públicas e privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

A Lei n. 9.394/96, em seu art. 19, classifica as instituições de ensino nas seguintes categorias administrativas:

- I – públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II – privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Para o funcionamento legal das IES é requisito prévio e indispensável o credenciamento expedido pelo poder público, conforme estabelecido na Lei n. 9.394/96 em seu art. 46:

a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

O Decreto n. 5.773/06, em seu art. 10, disciplina sobre o credenciamento e credenciamento das IES:

o funcionamento de instituição de educação superior e a oferta de curso superior dependem de ato autorizativo do Poder Público, nos termos deste Decreto. § 1º São modalidades de atos autorizativos os atos administrativos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como suas respectivas modificações. § 2º Os atos autorizativos fixam os limites da atuação dos agentes públicos e privados em matéria de educação superior. § 3º A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

A Lei n. 10.861/04 institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e estabelece no art. 2 os princípios nos quais está baseada a avaliação das IES:

os resultados da avaliação referida no caput deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Para iniciar a oferta de curso superior, as IES devem ser credenciadas pelo MEC com renovação periódica mediante ao ciclo avaliativo do SINAES. O primeiro credenciamento terá prazo máximo de três anos, para faculdades e centros universitários, e de cinco anos, para universidades. (DECRETO n. 5.773, 2006).

### **2.3 Avaliação das instituições de ensino superior**

Inicialmente, antes discorrer sobre o processo de avaliação, é importante conceituar a palavra “avaliar”. Segundo Ferreira, Ferreira e Anjos (2010) esta palavra significa: determinar a valia ou o valor de algo; apreciar o merecimento de algo; estimar; julgar; orçar; reconhecer a força de algo.

A avaliação, portanto, é um aspecto fundamental na abordagem da educação. Ela faz parte do procedimento pedagógico e aponta responsabilidades a serem assumidas pela escola junto ao aluno, professores e a instituição como todo. (CAMARGO, 1996).

Historicamente, a avaliação é uma prática antiga e sempre está em constante evolução. Dias Sobrinho (2002, p.17) observa que,

antes mesmo da institucionalização das escolas, a avaliação já era praticada para fins de seleção social. Com efeito, a avaliação está ligada a questão de escolhas, e a seleção social é tão naturalmente aderida que se passa como constituinte de sua essência.

No contexto educacional, a avaliação é vista como o método para mensurar o desempenho. Ela tem a função de fornecer informações sobre as práticas pedagógicas adotadas, além de servir como base para futuras ações que se fazem necessárias.

Para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP (2001, p. 108), a avaliação é entendida como “um indispensável elemento de reflexão sobre as políticas, práticas e ações implementadas no âmbito do sistema educacional”.

Com o crescimento das IES provenientes da abertura de mercado promovidos pelos planos de governo, acelerou a preocupação com a qualidade dos conteúdos ministrados e conseqüentemente, a competência dos profissionais formados. Diante disso, foram implantados ao longo dos anos, alguns sistemas de avaliação educação brasileira, conforme mostra o Quadro 1.

Períodos	Sistemas de Avaliação
1982	Associação Nacional de Docentes – ANDES propõe a avaliação institucional
1983	Programa de Avaliação de Reforma Universitária – PARU
1986	Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior – GERES
1993	Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB
1996	Exame Nacional de Cursos – ENC
2004	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE

#### **Quadro 1: Sistemas de avaliação**

Atualmente, o sistema em vigor é o SINAES instituído pela Lei n. 10.861 em 2004 e regulamentado pela Portaria n. 2.051 de 9 de julho de 2004. Ele é oriundo de um amadurecimento do sistema educacional brasileiro, com objetivo de valorizar a "autonomia" e identidade das IES. O SINAES tem como um dos componentes a avaliação institucional, que se desenvolve em dois momentos principais: a) auto-avaliação, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), e b) avaliação externa, realizada por comissões externas designadas pelo INEP. (INEP, 2010).

O que difere o SINAES dos outros sistemas de avaliação implantados é a percepção da separação entre avaliação institucional, avaliação de curso e a avaliação de desempenho de estudante.

Dentre os mecanismos para avaliação promovidos pelo SINAES, destaca-se o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) de responsabilidade do INEP. O objetivo do ENADE é aferir as habilidades acadêmicas e as competências profissionais desenvolvidas pelos seus estudantes ingressantes e concluintes das IES, bem como colher informações relativas às características sócio-econômicas a respeito dos estudantes selecionados através de procedimentos de amostragem.

Verhine, Dantas e Soares (2006) observam que o ENADE consiste em um instrumento de avaliação que visa efetuar um diagnóstico de competências e habilidades dos estudantes ao longo dos anos de graduação, com o objetivo de mensurar o valor agregado gerado pelo curso no decorrer do tempo.

O ENADE como um dos instrumentos de avaliação verifica:

[...] o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. (PORTARIA 107, Art. 5, § 1, INEP, 2004).

Para a inscrição no ENADE estarão habilitados os estudantes das áreas selecionadas, sendo considerados como ingressantes, os estudantes do final do primeiro ano, aqueles que tiverem concluído, até a data inicial do período de inscrição, entre 7% a 22% (inclusive) da carga horária mínima do currículo do curso da IES. Como concluintes, os estudantes do final do último ano do curso, aqueles que tiverem concluído, até a data inicial do período de

inscrição, pelo menos 80% da carga horária mínima do currículo do curso da IES (INEP, 2010).

A inscrição do estudante habilitado para o ENADE cabe exclusivamente à IES, conforme inciso 6º do art. 5º da Lei n. 10.861/04 e respectivo regulamento. O estudante selecionado que não realizar a prova, não receberá o seu diploma enquanto não regularizar a sua situação junto ao ENADE. Portanto, o ENADE é um componente obrigatório dos cursos de graduação, sendo que o registro de participação é condição indispensável para a emissão do histórico escolar. (INEP, 2010).

A prova do ENADE é única para os estudantes ingressantes e concluintes. Ela é composta por 40 questões que se subdividem em 2 partes, a parte de formação geral, com 10 questões e peso de 25% e a parte de formação específica da área, com 30 questões e peso de 75%. Em ambas as partes as questões são do tipo múltipla escolha e discursivas. (INEP, 2010).

No caderno de prova é apresentado um terceiro conjunto de 9 questões sobre a percepção dos estudantes em relação à prova. Elas aferem o grau de dificuldade ao realizar a prova, o conhecimento prévio dos conteúdos apresentados, entre outros fatores sobre o sentimento do estudante ao realizar prova. Os resultados deste conjunto não geram conceitos de valor de qualidade aos cursos. (INEP, 2010).

#### **2.4 Diretrizes educacionais dos cursos de ciências contábeis**

A Lei n. 9.394/96 definiu as novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional e introduziu várias mudanças no ensino superior, tais como: a qualificação docente, produção intelectual, docentes com regime de tempo integral e perfil profissional ligado à formação da cultura regional e nacional. (ROSELLA *et al.*, 2006).

Especificamente para os cursos de Ciências Contábeis, a Resolução CNE/CES n. 10 de 16 de dezembro de 2004 instituiu as diretrizes curriculares nacionais para a formação de bacharéis. (ROSELLA *et al.*, 2006).

O art. 5 da referida resolução estabelece que, os cursos de graduação em ciências contábeis, devem contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, campos interligados de:

I - conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

II - conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade (Res. CNE/CES n. 10/2004).

Observa-se que a organização curricular deve possibilitar o conhecimento do cenário econômico e financeiro no contexto nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade.

Com relação ao projeto pedagógico dos cursos de graduação em ciências contábeis, o inciso 1º do art. 2 da Res. CNE/CES 10/2004, cita que este deve abranger:

I - objetivos gerais, contextualizados em relação às suas inserções institucionais, políticas, geográficas e sociais;

- II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III - cargas horárias das atividades didáticas e para integralização do curso;
- IV – formas de realização da interdisciplinaridade;
- V – modos de integração entre teoria e prática;
- VI – formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII – modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII – incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX – concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X – concepção e composição das atividades complementares;
- XI – inclusão opcional de trabalho de conclusão de curso (TCC).

O art. 2 da Res. CNE/CES 10/2004, ainda destaca que, as IES devem estabelecer a organização curricular para cursos de ciências contábeis por meio de projeto pedagógico, com a descrição dos seguintes aspectos:

- I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
- II – componentes curriculares integrantes;
- III - sistemas de avaliação do estudante e do curso;
- IV - estágio curricular supervisionado;
- V - atividades complementares;
- VI – monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;
- VII - regime acadêmico de oferta;
- VIII - outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto.

Veiga (2001, p. 113) cita que o projeto pedagógico tem como propósito “a explicitação dos fundamentos teórico-metodológicos, dos objetivos, do tipo de organização e das formas de implementação e de avaliação institucional”.

Peleias (2006, p. 185) enfatiza que “o projeto pedagógico de um curso superior é um documento de exigência legal; entretanto, não pode ser apenas uma obrigatoriedade ou uma carta de intenções para atender as diretrizes curriculares”.

Para Silva (2008), os docentes e discentes devem construir um ambiente pedagógico com sintonia entre saber pensar e saber aprender, de modo autônomo, crítico e criativo. Por isso, o projeto pedagógico pode englobar ações que visem à avaliação interna do estudante ao longo do curso, com vistas a auxiliar o processo de ensino e aprendizagem, além da mensuração da evolução conhecimento. Uma vez que, necessariamente, os estudantes passarão por avaliação externa, principalmente pelo ENADE.

A prova ENADE voltada aos cursos de ciências contábeis é elaborada “a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos, aprovadas e instituídas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério da Educação (MEC).” (INEP, 2006, p. 7). Ela foi aplicada em duas edições, no ano de 2006 e 2009 e abordou os seguintes conteúdos específicos, conforme o Quadro 4.

ENADE 2006 – Portaria INEP n. 121	ENADE 2009 – Portaria INEP n. 125
Teoria contábil e características qualitativas da informação contábil;	Teoria contábil;
Ética geral e profissional;	Ética geral e profissional;
Escrituração contábil e elaboração de demonstrações contábeis;	Escrituração contábil e elaboração de demonstrações contábeis;
Análise e interpretação de demonstrações contábeis;	Análise e interpretação de demonstrações contábeis;
Contabilidade e análise de custo;	Contabilidade e análise de custo;

Controladoria;	Controladoria;
Orçamento e administração financeira;	Orçamento e administração financeira;
Contabilidade e orçamento governamental;	Contabilidade e orçamento governamental;
Noções de auditoria externa e interna;	Auditoria externa e interna;
Noções de perícia e arbitragem;	Perícia;
Noções de legislação societária, trabalhista e tributária;	Legislação societária, comercial, trabalhista e tributária;
Noções de estatística descritiva e inferência (espec. probabilidade);	Estatística descritiva e inferência;
Noções de sistemas e tecnologias de informações.	Sistemas e tecnologias de informações;
	Contabilidade societária;
	Contabilidade gerencial.

## **Quadro 2: Componentes específicos do ENADE**

Fonte: Adaptado do INEP (2010)

Com estes conteúdos buscou-se avaliar a capacidade do aluno em resolver problemas pertinentes a sua futura área de atuação. Logo, pretende-se verificar a “capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho e do desenvolvimento tecnológico”. (BRITTO, 2008, p. 845).

### **3 Metodologia da pesquisa**

#### **3.1 Enquadramento metodológico**

A pesquisa é exploratória e descritiva, pois busca-se conhecer e descrever o desempenho acadêmico mediante a aplicação de uma avaliação que aborda os conteúdos específicos da área de contabilidade. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior proximidade com o problema e prover o pesquisador de maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa. A pesquisa descritiva, por sua vez, observa, registra, analisa e correlaciona fatos dos fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. (CERVO; BERVIAN, 2002).

No que concerne à abordagem do problema, a pesquisa é quantitativa, pois mensura o desempenho dos acadêmicos do curso investigado. Segundo Collis e Hussey (2005), este tipo de pesquisa é focado na mensuração de fenômenos, envolvendo a coleta e análise de dados numéricos.

Este estudo caracteriza-se como estudo de caso em um curso de ciências contábeis de uma IES comunitária. Os dados foram coletados mediante a uma avaliação elaborada pelos professores do curso. Segundo Gil (2002), a pesquisa do tipo estudo de caso envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

#### **3.2 Caracterização da instituição de ensino superior e do curso investigados**

A IES é uma universidade com personalidade jurídica de direito privado, com fins filantrópicos e não-lucrativos de caráter comunitário, que se preocupa em ofertar ensino de qualidade com valores humanos essenciais ao bem-estar da comunidade e à melhoria da qualidade de vida. O seu marco pedagógico encontra-se centrado no social com o objetivo voltado para a melhoria de qualidade de vida do ser humano.

Dentre os cursos de graduação oferecidos pela IES, destaca-se o curso de Ciências Contábeis fundado em 1975. O curso surgiu devido à necessidade de profissionais qualificados para atender as organizações empresariais e demais usuários de serviços contábeis da região sul do estado de Santa Catarina. Desde a sua fundação, já formou mais de 2.000 profissionais que atuam nas diversas áreas da ciência contábil.

O curso oferta semestralmente 100 vagas no período noturno. Atualmente, possui mais de 700 alunos. O tempo de formação acadêmica compreende 9 semestres. O quadro docente é composto por mestres, especialistas, consultores e demais profissionais que atuam em organizações públicas e privadas da região.

### 3.3 Procedimentos para coleta e análise dos dados

No intuito de verificar o desempenho dos acadêmicos referentes aos conteúdos específicos da área contábil foi realizado no dia 27 de outubro de 2009 uma avaliação similar à prova ENADE.

A avaliação era composta inicialmente por 50 questões objetivas de múltipla escolha com cinco alternativas cada. Por problemas no enunciado uma questão foi anulada, totalizando, por fim, 49 questões.

As questões foram elaboradas com base em cinco conteúdos específicos da área contábil: Contabilidade Geral (CTB) com 10 questões, Contabilidade de Custos (CTC) com 10 questões, Análise das Demonstrações Contábeis (ADC) com 9 questões, Auditoria (AUD) com 10 questões e Contabilidade Pública (CTP) com 10 questões.

O Quadro 3 mostra os assuntos abordados por conteúdos específicos.

Conteúdos	Assuntos
Contabilidade Geral (CTB)	Escrituração contábil, plano de contas, adiantamentos e compensações, depreciação, classificação de contas.
Contabilidade de Custos (CTC)	Classificação e nomenclatura de custos, métodos de custeio, relação custo/volume/lucro, margem de contribuição, ponto de equilíbrio e controle de estoques.
Análise das Demonstrações Contábeis (ADC)	Índices de liquidez, índices de endividamento, retorno sobre o patrimônio líquido e capital próprio.
Auditoria (AUD)	Controles internos, normas de auditoria e a profissão do auditor.
Contabilidade Pública (CTP)	Plano plurianual, lei das diretrizes orçamentárias, lei do orçamento anual, receitas e despesas públicas.

#### Quadro 3: Assuntos abordados por conteúdos específicos

A avaliação foi aplicada a todos os alunos matriculados no curso que compareceram no dia agendado, amplamente divulgado. Os acadêmicos foram divididos em três grupos denominados: ingressantes, intermediários e concluintes. A Tabela 1 evidencia a composição dos grupos.

**Tabela 1: Processo de análise dos dados**

Grupos	Alunos/fases	População	Amostra	Percentual
Ingressantes	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> e 3 <sup>a</sup>	215	191	89
Intermediários	4 <sup>a</sup> , 5 <sup>a</sup> e 6 <sup>a</sup>	153	120	78
Concluintes	7 <sup>a</sup> , 8 <sup>a</sup> e 9 <sup>a</sup>	159	130	82
Total		527	441	84

Para realização desse estudo foram considerados os alunos matriculados no 2º semestre de 2009. Dessa forma, tem-se uma população de 527 alunos matriculados e uma amostra de 441, correspondendo a um percentual de 84% de participação.

Para realização do primeiro objetivo específico, (a) verificar o desempenho geral dos alunos ingressantes, intermediários e concluintes, considerou-se a quantidade total de acertos dos alunos por grupo dividido pela multiplicação da quantidade total de questões e quantidade de alunos.

Para atingir o segundo objetivo específico, (b) verificar o desempenho por conteúdo específico dos alunos ingressantes, intermediários e concluintes, utilizou-se a quantidade total

de acertos dos alunos por grupo em cada conteúdo dividido pela multiplicação da quantidade total de questões de cada conteúdo e quantidade de alunos por grupo.

Na execução do terceiro objetivo específico, (c) identificar se há diferenças estatisticamente significativas entre o desempenho médio dos alunos ingressantes, intermediários e concluintes, empregou-se a técnica estatística Análise da Variância (ANOVA) constante no software estatístico SPSS - *Statistical Package for Social Sciences* versão 17. Para análise estatística empregou-se um nível de significância de 5%.

#### 4 Apresentação e análise dos resultados

Os resultados da pesquisa estão dispostos de acordo com os seguintes objetivos específicos: (a) desempenho geral por grupos; (b) desempenho por conteúdo específico e grupos; e (c) desempenho médio por grupos.

##### 4.1 Desempenho geral por grupo

A Tabela 2 mostra o percentual de acertos.

**Tabela 2: Percentual de acertos**

Grupos	Acertos	Qtde de Questões	Qtde de alunos	% de Acertos
Ingressantes	2564	49	191	27,40
Intermediários	2086	49	120	35,48
Concluintes	2508	49	130	39,37

Percebe-se que houve um crescimento considerável no desempenho dos acadêmicos, na medida em que avançam de grupo. Os concluintes (39,37%) apresentam um percentual de acertos melhor em relação aos ingressantes (27,40%) e intermediários (35,48%).

Os dados mostram que há uma evolução no desempenho geral dos acadêmicos. Portanto, infere-se que há acréscimo na assimilação de conhecimento ao longo do curso. Por outro lado, percebe-se que o percentual de acertos não é expressivo em todos os grupos, pois apresenta uma oscilação entre 27,40% a 39,37%.

##### 4.2 Desempenho por conteúdos específicos e grupos

A Tabela 3 demonstra a distribuição dos acertos por conteúdos específicos e grupos.

**Tabela 3: Acertos por conteúdos específicos e grupos**

Conteúdos	Ingressantes		Intermediários		Concluintes		Qtde Questões
	Acertos	%	Acertos	%	Acertos	%	
CTB	860	45,03	778	64,83	880	67,69	10
CTC	473	24,76	441	36,75	482	37,08	10
ADC	391	22,75	299	27,69	415	35,47	09
AUD	426	22,30	310	25,83	401	30,85	10
CTP	414	21,68	258	21,50	330	25,38	10
Qtde de alunos	191		120		130		49

No conteúdo de Contabilidade Geral (CTB) verifica-se que houve um crescimento no desempenho entre os grupos. Os ingressantes apresentaram um desempenho considerável (45,03%) e os intermediários tiveram um acréscimo em pontos percentuais na ordem de 19,80% em relação aos ingressantes. Os concluintes acertaram 67,69% das questões. Observa-se que este conteúdo é um dos mais explorados na matriz curricular do curso distribuído em cinco disciplinas da primeira a quinta fase. Logo, acredita-se que tal situação reflete nesses percentuais de acertos relevantes em todos os grupos. Com esses resultados, nota-se que os acadêmicos assimilam o aprendizado nas fases iniciais e os mantêm até as fases finais do curso.

No conteúdo de Contabilidade de Custos (CTC) percebe-se que os intermediários tiveram melhor desempenho em relação aos ingressantes, visto que apresentaram um crescimento em pontos percentuais de 11,99%. Os concluintes tiveram um crescimento em pontos percentuais de apenas 0,33% em relação aos intermediários, mantendo o desempenho do grupo anterior. Os conteúdos de Contabilidade de Custos são lecionados em duas disciplinas na terceira e quarta fases, portanto justifica-se o baixo desempenho do grupo ingressantes (24,76%), pois a consolidação dos conceitos acontece na quarta fase.

No conteúdo de Análise das Demonstrações Contábeis (ADC) constata-se que os intermediários tiveram um crescimento em pontos percentuais de 4,94% comparado aos ingressantes. Os concluintes cresceram em pontos percentuais 7,78% em relação aos intermediários e 12,72% em relação aos ingressantes. Salienta-se que este conteúdo é lecionado em duas disciplinas na sexta e sétima fases. Portanto, os ingressantes não estudaram tal assunto, mas uma pequena parte deles acertou algumas questões (22,30%).

No conteúdo de Auditoria (AUD), os ingressantes e intermediários tiveram um desempenho de 22,30% e 25,83%, respectivamente. O melhor percentual de acertos foi no grupo concluintes (30,85%). Acredita-se que tal fato acontece, devido os alunos estudarem o assunto em duas disciplinas na sétima e oitava fases. Por isso, o grupo dos concluintes apresentou um desempenho considerável.

No que tange ao conteúdo de Contabilidade Pública (CTP), os grupos apresentaram o mais baixo percentual de acerto em relação aos outros conteúdos específicos. Esse resultado pode ter ocorrido pelo fato da contabilidade pública possuir aspectos distintos contabilidade empresarial e, também, devido a uma grande parte dos alunos do curso demonstrar pouco interesse em atuar na área pública. Elucida-se que os conteúdos dessa disciplina são ministrados na oitava e nona fases, ou seja, para o grupo dos concluintes. Este grupo apresentou o melhor desempenho (25,38%) entre os demais.

### 4.3 Desempenho médio por grupos

A Tabela 4 apresenta a média de acertos por grupos.

**Tabela 4: Média de acertos por grupo**

Conteúdos	Ingressantes	Intermediários	Concluintes
Qtde de Acertos	2564	2086	2508
Qtde de alunos	191	120	130
Média	13,42	17,38	19,29

Constata-se que houve um crescimento na média de acertos entre os grupos. O grupo dos ingressantes acertou em média 13,42 da avaliação geral. O grupo dos intermediários teve média de acertos de 17,38. O grupo dos concluintes alcançou a melhor média de acertos com 19,29. Com esses resultados, nota-se que houve uma evolução do conhecimento contábil dos acadêmicos ao longo da graduação.

A Tabela 4 evidencia o resumo estatístico dos acertos por grupo.

**Tabela 4: Estatística descritiva do desempenho geral de acertos**

Grupo	Média	Mediana	Des. Padrão	Mínimo	Máximo
Ingressantes	13,42	13	3,58	5	24
Intermediários	17,38	17	4,70	8	32
Concluintes	19,29	19	5,41	7	34

Verifica-se que 50% dos ingressantes, intermediários e concluintes acertaram mais de 13, 17, e 19 questões respectivamente. O acadêmico que acertou o menor número de questões foi do grupo dos ingressantes com 5 questões. Em relação ao número máximo de acertos foi um acadêmico do grupo dos concluintes com 34 acertos. Nota-se um desvio padrão menor

que a metade da média, portanto há pouca dispersão entre o número de acertos em cada grupo.

Para comprovar se as diferenças entre as médias de acertos dos grupos são estatisticamente significativas, utilizou-se o teste estatístico Análise da Variância (ANOVA).

A Tabela 5 mostra o resultado desse teste estatístico.

**Tabela 5 – ANOVA sobre as diferenças de acertos entre grupos**

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor p*
Diferença entre grupos	3703,245	8	462,906	24,950	0,000
Dentro dos grupos	8015,163	432	18,554		
Total	11718,408	440			

\*Valor resultante da aplicação do teste ANOVA ( $p < 0,05$ )

De acordo com o teste, verifica-se que o valor de  $p$  é menor que 0,05. Portanto, aceita-se a hipótese de que há diferenças significativas entre as médias de acertos entre os grupos. Diante disso, infere-se que há uma evolução estatisticamente significativa na assimilação do conhecimento contábil entre os grupos de acadêmicos.

#### 4 Conclusões

As instituições de ensino superior são consideradas as maiores responsáveis pela formação de cidadãos e capacitação de profissionais para o mercado de trabalho. Diante deste importante papel social, surge a preocupação constante com a qualidade do ensino.

Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar o desempenho dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis de uma IES comunitária em uma avaliação que contempla os principais conteúdos específicos da área contábil similar à prova ENADE.

Observou-se nos resultados que os ingressantes apresentaram um desempenho geral de 27,40%, os intermediários 35,48% e os concluintes 39,37%. Isso demonstra que os alunos agregaram conhecimento contábil ao longo do curso.

No que se refere aos conteúdos específicos da área contábil, verificou-se que nos assuntos de contabilidade geral os ingressantes tiveram um desempenho de 45,03%, os intermediários 64,63% e os concluintes 67,69%. Na contabilidade de custos o desempenho dos ingressantes foi de 24,76%, dos intermediários 36,75% e dos concluintes 37,08%. Nos conteúdos de análise das demonstrações contábeis os ingressantes obtiveram um resultado de 22,75%, os intermediários 27,69% e os concluintes 35,47%. Em auditoria o desempenho dos ingressantes foi de 22,30%, 25,83 dos intermediários e 30,85 dos concluintes. No conteúdo de contabilidade pública os ingressantes alcançaram um desempenho de 21,68%, os intermediários 21,50% e os concluintes 25,38%. Esses resultados apontam como ponto forte o ensino da contabilidade geral e como ponto fraco o ensino de contabilidade pública. Percebe-se um adequado nível de acerto nos conteúdos de contabilidade geral. A isso, infere-se que é devido o curso focar no ensino dos conceitos básicos de contabilidade, os quais são fundamentais para o exercício da profissão.

Quanto à média de acertos, identificou-se que os ingressantes atingiram 13,42, os intermediários 17,38 e os concluintes 19,29. O teste estatístico comprovou que a diferença entre as médias dos grupos é estatisticamente significativa. Portanto, constatou-se que houve agregação de conhecimento contábil pelos acadêmicos.

A partir desses resultados, conclui-se que o curso possui um baixo nível de acerto em relação ao conjunto dos principais conteúdos específicos da área contábil. Dessa forma, sugere-se uma reflexão por parte dos alunos, professores e coordenação do curso, no que

tange ao processo de ensino e aprendizagem. Além disso, os resultados servem como base para propor indicadores e ações que visem melhorar o processo de ensino e aprendizagem como por exemplo, o uso de questões com alternativas de múltipla escolha, interpretativas e que exijam um maior raciocínio crítico e lógico. Também, sugere-se uma nova avaliação, nesses moldes, com inserção de conteúdos de contabilidade gerencial visto que tal assunto não foi abordado.

## Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em 05 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm)>. Acesso em: 02 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm)>. Acesso em: 22 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Portaria n. 2.051, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/superior/legisla\\_superior\\_port2051.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_port2051.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE/CES, n. 10, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado e da outras providências. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2011.

BRITTO, Márcia Regina F. de. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. *Avaliação Campinas*, Sorocaba – SP, v. 13, n. 3, p. 841-850, nov. 2008.

CAMARGO, Alzira Leite Carvalhaes. *O discurso sobre a avaliação escolar do ponto de vista do aluno*. Campinas, 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DIAS SOBRINHO, José. *Avaliação democrática: para uma universidade cidadã*. Florianópolis: Editora Insular, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; FERREIRA, Marina Baird; ANJOS, Margarida dos. *Dicionário aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

- FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. Avaliação de cursos. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIL, Antônio C. Antônio C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Avaliação das Instituições de Educação Superior. 2010. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/superior/avaliacao\\_institucional](http://www.inep.gov.br/superior/avaliacao_institucional)>. Acesso em: 10 jan. 2011.
- \_\_\_\_\_. Avaliação dos cursos de graduação. 2010. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/condicoesdeensino>>. Acesso em: 10 fev. 2011
- \_\_\_\_\_. *Conceitos e impactos do ENADE*. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/enade/estudantes/conceitos-e-impactos-do-2nade.html>>. Acesso em: 10 jan. 2011.
- \_\_\_\_\_. *Conheça a prova*. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br> >. Acesso em: 10 dez. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Geografia da educação brasileira*. Brasília, MEC, 2001.
- \_\_\_\_\_. Portaria n. 107, de 22 de julho de 2004. Dispõe sobre a inscrição de alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. Disponível em:<[www.inep.gov.br/download/superior/.../portaria\\_107.doc](http://www.inep.gov.br/download/superior/.../portaria_107.doc)>. Acesso em: 10 jan. 2011.
- \_\_\_\_\_. Portaria n. 121 de 28 de junho de 2006. Dispõe sobre avaliação da área de Ciências Contábeis e da formação geral do ENADE. Disponível em:<[www.inep.gov.br/download/superior/.../portaria\\_121.doc](http://www.inep.gov.br/download/superior/.../portaria_121.doc)>. Acesso em: 28 jan. 2011.
- \_\_\_\_\_. Portaria n. 125 de 24 de junho de 2009. Dispõe sobre avaliação da área de Ciências Contábeis e da formação geral do ENADE. Disponível em:<[www.inep.gov.br/download/superior/.../portaria\\_125.doc](http://www.inep.gov.br/download/superior/.../portaria_125.doc)>. Acesso em: 28 jan. 2011.
- \_\_\_\_\_. Processo de ensino-aprendizagem. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?te1=122175&te2=37535>>. Acesso em: 02 jan. 2011.
- PELEIAS, Ivan Ricardo; PALMA, Daniel Azevedo et al. *Didática do ensino da contabilidade: aplicável a outros cursos superiores*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- ROSELLA, Maria Helena et al. O ensino superior no Brasil e o ensino da contabilidade. In: PELEIAS, Ivam Ricardo (org.). *Didática do Ensino da Contabilidade: aplicável a outros Cursos Superiores*. Saraiva, 2006.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. 4. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.
- SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. Ensino da contabilidade: alguns aspectos sugestivos e críticos da graduação após resultado do exame nacional de desempenho dos estudantes (ENADE) 2006. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 4, n. 3, p. 82-94, jul./set. 2008.
- VEIGA, Ilma Passos A. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. Do provão ao Enade: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no ensino superior brasileiro. *Ensaio*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 52, p. 291-310, jul./set. 2006.
- WALZER, Michel. *Esferas da justiça*. Lisboa: Presença, 1999.